



**\* continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Saldo antes da cisão	Acervo cindido	Saldo pós-cisão
Fornecedores	75.170	-	75.170
Empréstimos e financiamentos	88.173	-	88.173
Arrendamento por direito de uso	3.915	-	3.915
Obrigações sociais e trabalhistas	46.722	146	46.576
Tributos a recolher	19.218	-	19.218
Imposto de renda e contribuição social a recolher	12.328	-	12.328
Adiantamento de clientes	10.912	-	10.912
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18.619	-	18.619
Outras contas a pagar	5.653	-	5.653
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>280.711</b>	<b>146</b>	<b>280.565</b>
Empréstimos e financiamentos	243.782	-	243.782
Arrendamento por direito de uso	13.764	-	13.764
Obrigações sociais e trabalhistas	485	-	485
Instrumentos financeiros derivativos	30.664	-	30.664
Provisão para demandas judiciais e administrativas	8.294	-	8.294
Imposto de renda e contribuição social diferidos	80.718	6.638	74.080
Partes relacionadas	105.827	-	105.827
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>483.535</b>	<b>6.638</b>	<b>476.897</b>
Capital social	830.789	163.485	667.304
Reserva de capital	1.401	-	1.401
Lucros acumulados	81.991	-	81.991
Avaliação patrimonial	1.990	-	1.990
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>916.171</b>	<b>163.485</b>	<b>752.686</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.680.416</b>	<b>170.269</b>	<b>1.510.148</b>

Os efeitos das movimentações entre a data do laudo e a data da cisão parcial estão contabilizados como reservas de capital e estão demonstradas nas Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido. **1.2 Relação de participação em entidades controladas e controlada em conjunto:** As participações percentuais da Companhia em sua controlada em conjunto e consórcio no exercício de ano de 2025 são as seguintes:

País sede	Atividade operacional	31/12/2025		31/12/2024	
		Participação direta %	Participação indireta %	Participação direta %	Participação indireta %
BRT Sorocaba	Transporte municipal de passageiros	50,00	-	49,75	-
Concessionárias (a)	Revitalização, implementação, gestão e operação de mobiliário urbano	75,00	-	75,00	-
Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. (b)	Serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	45,00	-	45,00	-

**a) BRT Sorocaba Concessionárias:** O BRT Sorocaba Concessionárias de Serviços Públicos SPE S.A. ("BRT Sorocaba") é uma sociedade anônima fechada, controlada em conjunto com outros sócios, com sede na Av. Antônio Carlos Comitê, 540, Parque Campolim - Sorocaba, São Paulo, que tem como atividades preponderantes de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e administração de obras. O contrato de concessão foi assinado em 9 de fevereiro de 2018 com vigência de 20 anos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aumentou sua participação no BRT Sorocaba Concessionárias de 49,25% para 49,75%, mas não possui o controle. Em maio de 2025, em decorrência de redução de capital no montante de R\$ 12.000 e saída de acionistas, a Companhia passou a deter 50% de participação. **b) Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. ("CS Mobi Cuiabá"):** Em 20 de dezembro de 2022, foi assinado contrato de concessão para revitalização das vias e logradouros públicos da região central da cidade de Cuiabá; revitalização e gestão Mercado Municipal; implementação, operação, gestão e manutenção do sistema do mobiliário urbano; e implementação, operação, gestão e manutenção do sistema de estacionamento rotativo do município. A CS Brasil possui 75% de participação na sociedade. A CS Mobi Cuiabá deu início a suas operações em fevereiro de 2024. **c) Concessionária Ciclus Amazônia S.A. ("Ciclus Amazônia"):** Em 24 de janeiro de 2024, foi constituída a Concessionária Ciclus Amazônia S.A. tendo a CS Brasil como acionista controlador com 45% de participação e aporte de R\$ 10.370, visto que é a responsável pela gestão e tomada de decisões operacionais do negócio. Os acionistas não controladores realizaram aporte de R\$ 12.673 por 55% de participação. Em 07 de fevereiro de 2024, foi assinado o contrato de concessão 01/2024/PMB, junto à Prefeitura Municipal de Belém, para serviços públicos especializados de manejo de resíduos sólido, serviços de limpeza urbana das principais avenidas e pontos turísticos do município. O contrato possui prazo de concessão de 30 (trinta) anos com possibilidade de prorrogação, condicionada a razões de interesse público a serem fundamentadas. A Ciclus Amazônia deu início às suas operações em 15 de abril de 2024. **1.3 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** As empresas da SIMPAR possuem a Política de Gerenciamento de Riscos, que contempla os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos corporativos e mantém uma Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade, responsável por liderar o trabalho de monitoramento dos riscos com o objetivo de identificar, mitigar e prevenir riscos estratégicos, operacionais, de imagem, socioambiental e de conformidade, bem como orientar os colaboradores e terceiros sobre as normas internas da Companhia. As empresas da SIMPAR operam com foco no desenvolvimento sustentável e com soluções que endereçam ou reduzam os impactos negativos das suas operações. Este monitoramento ocorre pela elaboração, divulgação e assecuração por terceira parte de seus inventários de emissões de GEE, que engloba os escopos 1, 2 e 3. O reporte é continuamente aprimorado para monitorar e gerenciar as emissões e adotar medidas mais adequadas. Desde 2022, a SIMPAR possui uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação diante do cenário de mudanças climáticas. A Companhia adota uma Matriz de Riscos Climáticos que considera impactos financeiros e a probabilidade de ocorrência de eventos relacionados ao clima. A Matriz da SIMPAR considera tanto, riscos físicos crônicos - como as mudanças nos padrões de precipitação e a variabilidade climática - quanto riscos físicos agudos - que incluem eventos extremos como ciclones e inundações. A SIMPAR possui meta pluri-ano de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. A intensidade leva em consideração as emissões e receita líquida em milhões de reais das empresas da SIMPAR. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta, têm reporte trimestral ao Comitê de Sustentabilidade do Grupo SIMPAR dos indicadores estratégicos. O tema de mudanças climáticas faz parte dos pilares estratégicos de sustentabilidade do Grupo. Consequentemente, a CS Brasil renova anualmente sua frota, com a aquisição de veículos que atendam aos mais atuais requisitos ambientais. Os efeitos da renovação da frota estão demonstrados na nota explicativa 11. **1.4 Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O novo modelo tem como principais pilares a não cumulatividade plena, o amplo direito à apropriação de créditos, a tributação no destino e a ampliação da base de incidência, prevendo a substituição gradual dos tributos atualmente incidentes sobre bens e serviços (CMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um sistema de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), de competência compartilhada entre Estados e Municípios. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos da lei complementar. A regulamentação inicial da reforma foi estabelecida pela Lei Complementar nº 214 de 2025, que dispõe sobre aspectos gerais de incidência, apuração e creditamento da CBS e do IBS, bem como pela Lei Complementar nº 227, publicada em janeiro de 2026, que regulamentou a estrutura e o funcionamento do Comitê Gestor do IBS. A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual. A partir de 1º de janeiro de 2026, a CBS e o IBS passaram a ser destacados de forma meramente informativa nos documentos fiscais, com alíquotas de teste de 0,9% para a CBS e 0,1% para o IBS, sem efeitos financeiros para os contribuintes. A substituição efetiva dos tributos atuais ocorrerá progressivamente entre 2027 e 2033, período em que o sistema tributário vigente e o novo modelo coexistirão. A Companhia, juntamente com suas controladas, atua em diversos segmentos, incluindo logística, transporte, mobilidade, comercialização de veículos, concessões público-privadas e infraestrutura, cujos modelos operacionais, cadeias de valor e regimes de incidência tributária apresentam características distintas. Em razão dessas especificidades, a implementação da CBS e do IBS poderá gerar efeitos diferenciados, a depender da regulamentação aplicável a cada atividade. Nesse contexto, a Companhia acompanha os desdobramentos legislativos e regulatórios relacionados à Reforma Tributária e vem realizando análises preliminares de cenários e de potenciais impactos futuros em suas operações, processos, sistemas e cadeia de suprimentos, com o apoio de assessores externos especializados. No entanto, considerando que ainda existem regulamentações pendentes, inclusive quanto à definição das alíquotas definitivas dos novos tributos, os efeitos econômicos e operacionais da Reforma somente poderão ser mensurados com maior precisão após a conclusão do processo regulatório. Diante do estágio atual de implementação da Reforma, as análises seguem em andamento e consideram, entre outros fatores, a evolução da regulamentação infralegal, as interpretações de cada segmento de atuação do Grupo Simpar, não havendo efeitos contábeis a reportar nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2025. A Administração continuará monitorando a evolução da legislação e da regulamentação aplicável, bem como os potenciais desdobramentos operacionais e financeiros da Reforma, avaliando oportunamente a necessidade de eventuais reconhecimentos ou divulgações adicionais.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

**2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "CPC"):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 28 de abril de 2026. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados no caixa e equivalente de caixa, além dos títulos e aplicações financeiras (Nota 2.16) têm seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2.21. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico de suas operações. Os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Base de consolidação: a) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **b) Operação em conjunto:** A operação em conjunto existe quando as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. **c) Investimentos em entidades controladas em conjunto:** Os investimentos da Companhia em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades com controle conjunto (joint venture). Controle conjunto existe quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há controle conjunto. **d) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. **2.6 Contratos de concessão:** Os contratos de concessão convergem para o reconhecimento de dois tipos de ativos: financeiro e intangível. Ativos intangíveis são mensurados através da representatividade da estimativa de receita acessória com relação a receita total estimada e sua vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente ativos intangíveis com vida definida é reconhecido na demonstração do resultado na categoria de despesa em 31 de dezembro de 2025, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelos valores justos e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros: a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto; b) Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo a outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. A Companhia opta por registrar a variação do valor justo dos seus instrumentos patrimoniais, quando não possui controle, controle compartilhado e influência significativa, em outros resultados abrangentes; c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Os contratos de concessão da Companhia são de longo prazo e sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Administração revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros custos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **2.7 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro da Companhia, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses. **2.8 Ativos de frota disponibilizados para venda (Estoque de veículos para venda):** Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços de locação a Companhia renova constantemente sua frota. Os veículos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizada para "Ativos de frota disponibilizados para venda". Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **2.9 Imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável. Também fazem parte do Imobilizado, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. **b) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com o tipo de bem comprado, o valor pago, a data e o valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de bens utilizados diretamente na prestação de serviços de locação compõe o custo da prestação de serviços de locação e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. A Companhia adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas na nota explicativa 9. **d) Redução ao valor recuperável ("*impairment*"):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram observados indicativos, os quais a Companhia fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável. **2.10 Intangível: 2.10.1 Softwares:** As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.10.2 Concessões:** A controlada CS Mobi possui um contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão, para a revitalização das vias e logradouros públicos da região central, gestão do Mercado Municipal Miguel Sutil com implementação, operação, e manutenção de estacionamento rotativo e de mobiliário urbano, com foco na melhoria da mobilidade urbana municipal. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos com possibilidade de prorrogação. O contrato converge a um modelo híbrido, que resulta no reconhecimento de ativos financeiros e intangíveis. Os ativos intangíveis são mensurados através da representatividade da estimativa de receita acessória em relação a receita total estimada e é amortizada ao longo da vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução do valor recuperável sempre que houver indicativos de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados ao final de cada exercício social. Ativos intangíveis com vida indefinida são testados em relação à perda por redução de valor recuperável anualmente. O contrato de concessão é de longo prazo e sujeito a discussões e reequilíbrio financeiro junto ao poder concedente. Em 31 de dezembro de 2025, a amortização destes ativos foi reconhecida como despesa nas demonstrações de resultado. **2.11 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). **(i) Como arrendatária:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor:** A Companhia classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R2), tais como: • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); e • exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendadora:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a Companhia atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando a Companhia é uma arrendadora intermediária ela contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ela avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatária contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ela classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato. A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (nota 2.8 (d)). A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.12 Ativos reconhecidos a partir dos custos para o cumprimento de um contrato:** A Companhia reconhece ativos relacionados aos custos para o cumprimento de exigências estabelecidas no edital e são tratados no escopo do CPC 47/IFRS15 - Receita de contrato com Cliente, apresentados no balanço patrimonial na rubrica "ativos para cumprimento de contratos" no ativo circulante e não circulante, uma vez que não são elegíveis para reconhecimento como ativos sob nenhuma outra norma contábil. A Companhia utiliza as principais premissas para avaliar os ativos contratuais: (a) custos atrelados diretamente ao edital ou ao contrato previsto que a entidade pode especificamente identificar, como por exemplo custos relativos a serviços a serem prestados de acordo com a renovação de contrato existente ou custos para projetar o ativo a ser transferido, de acordo com contrato específico; (b) custos que geram ou aumentam os recursos da entidade para cumprimento das obrigações de desempenho no futuro; e (c) espera-se que os custos sejam recuperados. O ativo é amortizado pelo método linear ao longo do contrato específico ao qual está relacionado, de forma consistente com o padrão de reconhecimento da receita associada e as amortizações foram reconhecidas como custo de prestação de serviços durante o exercício de 2025. **2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos ("IRPJ e CSL"):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas aplicações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **2.14 Provisões gerais:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.**  
Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.15 Provisão para demandas judiciais e administrativas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.16 Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. A Companhia utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "ad hoc". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras classificados ao custo amortizado, a metodologia de "impairment" aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 6.1.a (ii) é detalhado como a Companhia determina se houve um aumento significativo no risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto após 24 meses e validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **2.17 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e concessão de serviço público. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao: - Custo amortizado: quando os ativos e passivo financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa correntes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e - Valor justo por meio do resultado ("VJR"): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação. • **Nível 2** - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). **2.18 Receitas de contrato com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **2.18.1 Natureza de locação:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativas:** locação de veículos para gestão e terceirização de frotas. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à locação, onde os valores anteriormente provisionados mediante a competência são estornados, conforme boletim de medição aprovado pelo cliente e **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2):** é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente. **2.18.2 Receita de venda de ativos desmobilizados: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativas:** após o término do contrato de locação com seus clientes, a Companhia desmobiliza e vende os veículos que ficam disponibilizados em seus pátios e através de plataforma de venda online. Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando da entrega, mediante a transferência de risco. As faturas emitidas, são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** a receita de veículos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. **2.18.3 Receita de contraprestação pecuniária: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativas:** conforme previsto em contrato de concessão, os poderes concedentes remunerar o concessionário com valores fixos e variáveis, conforme cláusulas específicas, pelas atividades de construção e gestão dos objetos contratuais. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** o contrato de concessão determina valor global a ser pago ao decorrer ao longo do prazo estabelecido da prestação de serviços, atualizado anualmente mediante índices de correção estipulado pelo edital. Há remuneração variável de performance, mediante medição dos serviços prestados mensalmente e aceite dos Poder Concedente. **2.18.4 Receita de contratos de concessão e parcerias-público privadas: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativas:** pelos termos dos contratos de concessão, a Companhia será responsável por todos os investimentos, benfeitorias adicionais e serviços não especificados, mas que venham a ser necessários para alcançar os parâmetros requisitados em contrato. Conforme requerido pelo OCP 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione futuras receitas são registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível ou do ativo financeiro. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** à medida que o serviço de construção é realizado, a receita é reconhecida a valor justo em relação aos respectivos custos incorridos para a construção. **2.19 Benefícios a empregados: 2.19.1 Benefícios de curto prazo:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.19.2 Transações com pagamentos baseados em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações da Simpar concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). **2.20 Patrimônio líquido: 2.20.1 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio:** A distribuição de lucros e os juros sobre capital próprio para os sócios da Companhia são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Companhia. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.21 Uso de estimativas de julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A Companhia não possui estimativas que possuem riscos significativos de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025. As informações sobre relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 6.1; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 10; c) Intangível (registro de um contrato de concessão): premissas para determinação da contabilização do reconhecimento do ativo, conforme ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão - nota explicativa 11; d) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 19. **2.22 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis ("CPC"): • **Alterações ao IFRS® 9 e IFRS® 17: Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) Esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) Esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de comente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) Adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) Atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • **IFRS® 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação de Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados a demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. **IFRS® 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações:** Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladas que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS® 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para aplicação do IFRS® 19. • **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*). As alterações referem-se às seguintes normas: • IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; • IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7"; • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; • IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e • IAS 7 - "Demonstrações dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS®, IAS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	184	210	215	210
Bancos	55	220	85	357
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>239</b>	<b>430</b>	<b>300</b>	<b>567</b>
CDB - Certificado de depósitos bancários	275	1.141	275	5.358
Operações compromissadas - lastreadas em debêntures	-	52.047	-	52.047
Cotas de fundos de renda fixa	9	13	26,993	122
<b>Total de aplicações financeiras</b>	<b>284</b>	<b>53.201</b>	<b>26.498</b>	<b>57.527</b>
<b>Total</b>	<b>523</b>	<b>53.631</b>	<b>27.068</b>	<b>58.094</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o rendimento médio das aplicações financeiras foi equivalente a 16,51% a.a. (13,34 % a.a. em 31 de dezembro de 2024).

### 4. TÍTULOS, VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundo exclusivo Simpar (i)	126.694	117.227	130.256	119.560
Aplicações em CDB	7.154	-	7.355	-
Letras financeiras	9.043	-	9.297	-
Notas promissórias - partes relacionadas (nota 19)	286.403	216.639	282.082	216.639
Notas comerciais	6.481	-	6.481	-
<b>Total</b>	<b>435.775</b>	<b>333.866</b>	<b>435.471</b>	<b>336.199</b>

(i) O fundo de investimento exclusivo Simpar foi constituído para aplicações financeiras feitas exclusivamente por empresas do Grupo Simpar com o objetivo de maximizar a rentabilidade. O fundo é gerido por instituição financeira de primeira linha, tendo seu portfólio composto por: (i) Certificados de depósitos bancários - CDB (5,01%), (ii) Letras Financeiras do Tesouro - LFT (57,98%), (iii) Letras do Tesouro Nacional - LTN (30,68%); e (iv) Letras Financeiras (6,33%). O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos é definido por taxas pré-fixada e pós-fixada (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o rendimento médio foi equivalente a 14,42% a.a. (10,96 % a.a. em 31 de dezembro de 2024).

### 5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Valores a receber de serviços e locações	169.852	210.126	179.641	224.814
Ativos de contrato	48.729	42.349	48.729	42.349
Contas a receber - partes relacionadas (nota 22.1)	110.367	99.876	110.367	99.393
Valores a receber de poder concedente em contratos de concessão	-	-	185.533	108.348
(-) Perdas esperadas (" <i>impairment</i> ") de contas a receber	(25.643)	(24.049)	(25.643)	(24.049)
<b>Total</b>	<b>303.305</b>	<b>328.302</b>	<b>498.627</b>	<b>450.855</b>
Ativo circulante	124.840	113.527	201.237	236.079
Ativo não circulante	178.465	214.775	297.390	214.776
<b>Total</b>	<b>303.305</b>	<b>328.302</b>	<b>498.627</b>	<b>450.855</b>

#### 5.1 Classificação por vencimento (*aging list*) e perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Contas a receber	Perdas esperadas	% líquido	Contas a receber	Perdas esperadas	% líquido
<b>Total a vencer</b>	<b>209.583</b>	<b>(403)</b>	<b>0,19</b>	<b>209.180</b>	<b>(202)</b>	<b>0,09</b>
Vencidos em até 30 dias	5.991	(61)	1,02	5.930	(88)	1,07
Vencidos de 31 a 90 dias	2.656	(121)	4,55	2.535	(42)	0,56
Vencidos de 91 a 180 dias	3.130	(273)	8,72	2.857	(308)	13,03
Vencidos de 181 a 365 dias	2.524	(635)	25,14	1.889	(1.057)	100
Vencidos a mais de 365 dias	105.065	(24.152)	22,99	80.913	(22.370)	21,31
<b>Total vencidos</b>	<b>119.366</b>	<b>(25.241)</b>	<b>21,15</b>	<b>102.867</b>	<b>(23.847)</b>	<b>19,73</b>
<b>Total</b>	<b>328.949</b>	<b>(25.644)</b>	<b>7,80</b>	<b>303.305</b>	<b>(24.049)</b>	<b>6,83</b>

	31/12/2025			31/12/2024		
	Contas a receber	Perdas esperadas	% líquido	Contas a receber	Perdas esperadas	% líquido
<b>Total a vencer</b>	<b>307.154</b>	<b>(403)</b>	<b>0,13</b>	<b>306.751</b>	<b>(202)</b>	<b>0,07</b>
Vencidos em até 30 dias	21.958	(61)	0,28	21.897	(88)	0,62
Vencidos de 31 a 90 dias	7.747	(121)	1,56	7.626	(24)	0,06
Vencidos de 91 a 180 dias	59.983	(273)	0,46	59.710	(308)	0,88
Vencidos de 181 a 365 dias	10.460	(635)	6,07	9.825	(1.057)	100
Vencidos a mais de 365 dias (i)	116.970	(24.152)	20,65	92.818	(22.370)	21,31
<b>Total vencidos</b>	<b>217.117</b>	<b>(25.241)</b>	<b>11,63</b>	<b>191.876</b>	<b>(23.847)</b>	<b>12,37</b>
<b>Total</b>	<b>524.271</b>	<b>(25.644)</b>	<b>4,89</b>	<b>498.627</b>	<b>(24.049)</b>	<b>5,06</b>

(i) O saldo de R\$ 92.818 vencido acima de 365 dias contempla R\$80.403 referente a recebíveis originados por contratos de serviços e locações prestados ao Estado do Rio de Janeiro em anos anteriores. Estes valores estão no âmbito do acordo realizado pela CS Brasil Transportes e o Estado do Rio de Janeiro, conforme detalhado na nota explicativa 22.1. As movimentações das perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber estão demonstradas a seguir:

	Controladora
	(26.274)
(-) adições	(2.189)
(+) reversões	4.414
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(24.049)</b>
(-) adições	(3.089)
(+) reversões	1.494
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(25.644)</b>

### 6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	3.692	13.720	8.237	13.720
INSS	10.747	13.604	23.973	20.145
ICMS	520	521	520	521
Imposto de renda retido na fonte - IRRF e outros	3.718	581	3.718	581
<b>Total</b>	<b>18.677</b>	<b>28.426</b>	<b>36.448</b>	<b>34.967</b>
Ativo circulante	13.151	16.600	30.129	23.141
Ativo não circulante	5.526	11.826	6.319	11.826
<b>Total</b>	<b>18.677</b>	<b>28.426</b>	<b>36.448</b>	<b>34.967</b>

### 7. ATIVOS DE FROTA DISPONIBILIZADOS PARA VENDA

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<b>Custo</b>			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>52.664</b>	<b>10.293</b>	<b>62.957</b>
Bens transferidos do imobilizado	100.045	34	100.079
Bens baixados como custo dos ativos vendidos	(100.510)	(3)	(100.513)
Bens retornados para operação	(4.128)	-	(4.128)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>48.071</b>	<b>10.324</b>	<b>58.394</b>
Bens transferidos do imobilizado	192.084	2.437	194.521
Bens baixados como custo dos ativos vendidos	(161.590)	-	(161.590)
Bens retornados para operação	(3.468)	-	(3.468)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>75.097</b>	<b>12.761</b>	<b>87.857</b>
<b>Depreciação acumulada</b>			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(17.869)</b>	<b>(9.695)</b>	<b>(27.564)</b>
Bens transferidos do imobilizado	(20.364)	(31)	(20.395)
Bens baixados como custo dos ativos vendidos	20.115	3	20.119
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(18.118)</b>	<b>(9.723)</b>	<b>(27.840)</b>
Bens transferidos do imobilizado	(40.921)	(2.026)	(42.947)
Bens baixados como custo dos ativos vendidos	35.855	-	35.855
Bens devolvidos para operação	9	-	9
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(23.184)</b>	<b>(11.749)</b>	<b>(34.923)</b>
<b>Saldo residual líquido:</b>			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>29.953</b>	<b>601</b>	<b>30.554</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>51.913</b>	<b>1.012</b>	<b>52.934</b>

### 8. INVESTIMENTOS

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as informações contábeis das investidas. **8.1 Movimentação dos investimentos:**

	Controladora			Patrimônio líquido em		
	31/12/2024	Redução de capital	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2025	Participação %	31/12/2025
<b>Investimentos</b>						
BRT Sorocaba	39.465	(12.000)	12.563	1.106	41.134	50,00
Ágio BRT Sorocaba	2.284	-	-	-	2.284	N/A
CS Mobi Cuiabá	11.085	-	1.623	-	12.708	75,00
Ciclus Amazônia	25.721	-	16.017	(3.150)	38.476	45,00





\* continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.  
Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Títulos e valores mobiliários (nota 5)		Contas a receber (nota 8)		Partes relacionadas		Dividendos a receber (nota 11)		Outros créditos (nota 11)		Fornecedores (nota 14)		Partes relacionadas		Outras contas a pagar (Nota 21)		Dividendos a Pagar		Empréstimos a pagar (Nota 21)		Consolidado Passivo			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024		
<b>Partes relacionadas</b>																								
ATU 12	-	14.576	1	314	-	-	-	-	20	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ATU 18	-	-	138	46	-	-	-	-	15	6	(8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Automob	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco Brasileiro Cred. S.A.	-	-	177	176	-	-	-	-	-	-	-	172	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BBC Pagamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Brasil Frotas S.A.	-	-	495	1.247	-	-	-	-	63	71	24.403	21.359	-	-	968	758	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Finance	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	109.210	106.025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Holding	271.325	196.854	88.105	76.425	-	-	-	-	-	-	3.332	2.446	-	-	-	-	44.220	-	-	-	-	-	-	-
CS Infra S.A.	8.613	5.208	3.287	2.515	-	24	-	-	61	90	349	-	-	-	60	217	-	-	-	-	-	-	-	-
Grãos do Piauí	-	-	-	471	83	83	-	-	3.424	3.406	8	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IC Transportes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JSL S/A	-	-	1.290	4.059	-	-	-	-	19	1	205	235	-	-	71	38	-	-	-	-	-	-	-	-
Mogipasses Com. de Billhe	-	-	444	333	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mogi Mob Transport	-	-	15.914	13.266	-	-	-	-	89	28	89	37	-	-	4	6	-	-	-	-	-	-	-	-
Movida Loc. de Veíc. S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movida Participações S/A	-	-	8	5	-	-	-	-	2	11.089	32	175	-	-	103	5.519	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Indiana S.A.	-	-	2	57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Xian	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Veículos S.A.	-	-	8	18	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	28	24	-	-	-	-	-	-	-	-
Ponto Veículos S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
H Point Comerc. Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R Point Comerc. Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Tokyo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saga Provence	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uab Motors	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8	-	-	-	-	-	-	-	-
Quick Logística Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sat Rastreamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	4	-	-	327	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SIMPAR S/A	-	-	46	11	-	134.067	-	-	-	-	1.623	89	-	-	525	358	-	-	-	-	130.621	187.577	-	-
Transrio Caminhões Ônibus	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	180	-	-	58	86	-	-	-	-	-	-	-	-
Vamos Locações de Caminhões	-	-	447	447	-	-	-	-	-	-	3	1.439	6.571	-	2.688	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ribeira	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	423	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Welfare Ambiental	2.144	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Green Ville	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vamos Seminovos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	381	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rota da Integração ICP	-	-	-	-	-	-	-	-	81	-	-	-	-	-	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	1.023	1.023	-	-	435	163	-	99	-	-	-	178	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>282.082</b>	<b>216.639</b>	<b>110.367</b>	<b>99.393</b>	<b>1.106</b>	<b>135.198</b>	<b>435</b>	<b>163</b>	<b>3.779</b>	<b>14.737</b>	<b>31.889</b>	<b>31.874</b>	<b>109.210</b>	<b>106.025</b>	<b>4.961</b>	<b>7.024</b>	<b>44.398</b>	<b>44.398</b>	<b>130.621</b>	<b>187.577</b>	<b>9.577</b>	<b>9.577</b>	<b>130.621</b>	<b>187.577</b>
Circulante	282.082	216.639	110.367	99.393	263	13.297	435	163	3.779	14.737	31.889	31.874	-	-	4.961	7.024	44.398	44.398	-	-	-	-	-	-
Não circulante	-	-	-	-	843	121.901	-	-	-	-	-	-	109.210	106.025	-	-	-	-	-	-	-	-	121.044	178.000
<b>Total</b>	<b>282.082</b>	<b>216.639</b>	<b>110.367</b>	<b>99.393</b>	<b>1.106</b>	<b>135.198</b>	<b>435</b>	<b>163</b>	<b>3.779</b>	<b>14.737</b>	<b>31.889</b>	<b>31.874</b>	<b>109.210</b>	<b>106.025</b>	<b>4.961</b>	<b>7.024</b>	<b>44.398</b>	<b>44.398</b>	<b>130.621</b>	<b>187.577</b>	<b>9.577</b>	<b>9.577</b>	<b>130.621</b>	<b>187.577</b>

**19.3 Transações ou relacionamentos com acionistas referentes a arrendamento de imóveis:** O Grupo mantém contratos de locação de imóveis operacionais e administrativos com a parte relacionada Ribeira Imóveis Ltda. ("Ribeira Imóveis"), Companhia sob controle comum. O valor dos alugueis reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 11.270 (R\$8.338 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). Os contratos tem condições alinhadas com as práticas do mercado e tem vencimentos até 2035. **19.4 Centro de serviços administrativos:** O Grupo, com o objetivo de melhor distribuir os gastos comuns entre as Companhias usuárias de serviços compartilhados, efetua os respectivos rateios, de acordo com critérios definidos por estudos técnicos apropriados sobre estes gastos compartilhados na mesma estrutura e BackOffice. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 8.063 (R\$ 11.513 em 31 de dezembro de 2024). **19.5 Remuneração dos administradores:** A Administração da Companhia é composta pela Diretoria Executiva, sendo que a remuneração dos executivos e administradores, inclui todos os benefícios, os quais foram registradas na rubrica "Despesas administrativas", e são resumidas conforme a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração fixa	3.376	2.447
Remuneração variável	905	1.189
Benefícios	77	39
Remuneração baseada em ações	-	816
<b>Total</b>	<b>4.358</b>	<b>4.492</b>

Os administradores estão incluídos no plano de remuneração baseado em ações da controladora indireta Simpar S.A. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram exercidas opções de ações pelos administradores conforme mencionado na nota explicativa 23.2. A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**20.1 Capital social:** O capital social da Companhia, mantido pela controladora CS Holding com 100% das quotas, totalmente subscrito e integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 667.304, dividido em 667.304.248 quotas, sem valor nominal.

	Valor	Quotas
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>675.714</b>	<b>675.714.248</b>
Aumento de capital	155.075	155.075.000
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>830.789</b>	<b>830.789.248</b>
Redução de capital decorrente de cisão (nota 1.1.1)	(163.485)	(163.485.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>667.304</b>	<b>667.304.248</b>

**20.2 Reserva de Capital: a) Transações com pagamentos baseados em ações:** Plano de ações restritas e *matching*: No dia 22 de outubro de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o plano de ações restritas que consiste na entrega de ações da Simpar (ações restritas) a colaboradores da Companhia de até 35% do valor de remuneração variável dos beneficiários a título de bônus, em parcelas anuais por quatro anos. Adicionalmente, os colaboradores poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor de remuneração variável a título de bônus em ações da Simpar, e caso o colaborador opte por receber ações, a Simpar entregará ao colaborador 1 ação de *matching* para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador, dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimento de ações restritas e ações *matching* é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Simpar e o colaborador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Simpar e suas controladas; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Simpar S.A. e das suas controladas aos dos colaboradores; e (c) possibilitar à Simpar e às suas controladas atrair e manter a elas vinculados os Beneficiários. Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será dividido pela média da cotação das ações da Simpar na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores a cada data de aquisição dos direitos relacionados às ações restritas. As ações restritas e *matching* outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipulados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano da outorga	Qtd. de ações	Preço médio do exercício	Tx. de juros	Dividendos esperados	Vida da opção	Valor da ação na data da outorga		Período de aquisição	Prazo do exercício
							Vol. livre	Tx. de risco		
VI	2021	19.413	R\$ 7,98	9,98%	40,25%	9,80%	0,26%	5 anos a partir de 01/05/2025	01/04/2025	

i. **Movimentação durante o exercício:** A tabela a seguir apresenta a quantidade e o movimento das ações restritas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Posição em 31 de dezembro de 2023	Direitos de ações outorgadas			Direitos de ações em circulação			Preço médio do exercício (R\$)
	Canceladas	Exercidas	em circulação	Canceladas	Exercidas	em circulação	
Transferência de administradores (i)	(19.840)	(445.014)	74.664	(19.840)	(445.014)	74.664	
Outorgas canceladas	(2.044)	-	-	(2.044)	-	-	7,06
<b>Posição em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>539.518</b>	<b>(21.884)</b>	<b>(499.262)</b>	<b>539.518</b>	<b>(21.884)</b>	<b>(499.262)</b>	<b>18.372</b>
Transferência de administradores (i)	-	-	-	-	-	-	7,98
Outorgas canceladas	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>539.518</b>	<b>(21.884)</b>	<b>(499.262)</b>	<b>539.518</b>	<b>(21.884)</b>	<b>(499.262)</b>	<b>18.372</b>

(i) Conforme reestruturação da Companhia Simpar, parte dos administradores que estavam registrados na JSL, foram transferidos para CS Brasil Transportes. O saldo acumulado na conta de reserva de capital referente a esses planos no patrimônio líquido é de R\$1.401 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.196 em 31 de dezembro de 2024). **20.3 Reserva de lucros:** Para atender a projetos de investimentos, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva de lucros era de R\$ 94.428 (R\$51.422 em 31 de dezembro de 2024). **20.3.1 Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:** Ao longo de 2025, a Companhia distribuiu R\$ 44.220 a título de juros sobre capital próprio, já líquido de impostos. A controlada Ciclus Amazônia distribuiu R\$ 7.325 a título de dividendos referente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sendo o montante de R\$ 4.029 destinado aos acionistas minoritários. Os valores foram liquidados em 3 parcelas pagas em outubro, novembro e dezembro de 2025. Abaixo estão demonstradas as movimentações dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	Juros sobre capital próprio	Dividendos	Juros sobre capital próprio	Dividendos
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	-	-	-	-
Juros sobre capital próprios declarados	29.500	-	29.500	-
Imposto de renda retido	(4.425)	-	(4.425)	-
Juros sobre capital próprio pagos	(25.075)	-	(25.075)	-
Dividendos declarados	-	99.252	-	99.252
Dividendos pagos	-	(99.252)	-	(99.252)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>52.023</b>	<b>-</b>	<b>52.023</b>	<b>-</b>
Juros sobre capital próprios declarados	52.023	-	52.023	-
Imposto de renda retido	(7.803)	-	(7.803)	-
Dividendos declarados	-	4.029	-	4.029
Dividendos pagos	-	(3.851)	-	(3.851)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>44.220</b>	<b>-</b>	<b>44.220</b>	<b>178</b>

\* continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.**  
Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS**

**25.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas adotadas pela Companhia são como segue:

Mensuração do valor justo	Controladora				Categoria	
	31/12/2025		31/12/2024			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	239	239	430	430	Custo amortizado	
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	Nível 2	284	284	53.201	53.201	Custo amortizado
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	Nível 1	435.775	435.775	333.866	333.866	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	791	791	27.222	27.222	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		303.305	303.305	328.302	328.302	Custo amortizado
Partes relacionadas		1.106	1.106	135.174	135.174	Custo amortizado
Depósitos judiciais		3.480	3.480	6.351	6.351	Custo amortizado
Outros créditos		25.051	25.051	23.398	23.398	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>770.031</b>	<b>770.031</b>	<b>907.944</b>	<b>907.944</b>	
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores		58.284	58.284	54.084	54.084	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos		259.993	261.737	270.280	272.869	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	32.699	32.699	44.719	44.719	Valor justo por meio do resultado
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras		-	-	12.861	12.849	Custo amortizado
Arrendamentos a pagar por direito de uso		15.534	15.534	4.376	4.376	Custo amortizado
Partes relacionadas		109.210	109.210	106.025	106.025	Custo amortizado
Outras contas a pagar		6.690	6.690	10.501	10.501	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>482.410</b>	<b>484.154</b>	<b>502.846</b>	<b>505.423</b>	
		<b>Consolidado</b>				
		31/12/2025		31/12/2024		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)		300	300	567	567	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	Nível 2	26.768	26.768	57.527	57.527	Custo amortizado
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	Nível 1	435.471	435.471	336.199	336.199	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	791	791	27.222	27.222	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		498.627	498.627	450.855	450.855	Custo amortizado
Depósitos judiciais		3.513	3.513	6.359	6.359	Custo amortizado
Partes relacionadas		1.106	1.106	135.198	135.198	Custo amortizado
Outros créditos		24.024	24.024	23.736	23.736	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>990.600</b>	<b>990.600</b>	<b>1.037.663</b>	<b>1.037.663</b>	
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores		88.753	88.753	81.027	81.027	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos		333.642	335.386	293.628	297.820	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	32.699	32.699	44.719	44.719	Valor justo por meio do resultado
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras		-	-	12.861	12.849	Custo amortizado
Arrendamentos a pagar por direito de uso		94.340	94.340	100.181	100.181	Custo amortizado
Partes relacionadas		109.210	109.210	106.025	106.025	Custo amortizado
Outras contas a pagar		10.327	10.327	10.823	10.823	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>668.971</b>	<b>670.715</b>	<b>649.264</b>	<b>653.444</b>	

Os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025 são os seguintes:

Instrumento	Risco protegido	Tipo de instrumento financeiro derivativo	Operação	Valor Nominal	Vencimento	Indexador	Instrumento protegido	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
								Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2025	Ganhos (perda) do período	Ganhos (perda) do período
Contrato de swap	Risco de mercado	Hedge de Valor Justo	Swap Pré X CDI	R\$ 100.000	fev/28	Pré 10,75%	(6.461)	(44.719)	(7.494)	(12.153)	(31.908)
											Resultado
											Resultado

**c) Risco de liquidez:** A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez e flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Controladora					
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 2 anos	
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	58.284	58.284	58.284	-	-	
Empréstimos e financiamentos	259.993	359.491	53.585	305.906	-	
Instrumentos financeiros derivativos	32.699	32.699	-	-	32.699	
Arrendamentos a pagar por direito de uso	15.534	19.819	3.823	4.018	11.978	
Partes relacionadas	109.210	109.210	-	109.210	-	
Outras contas a pagar	6.690	6.690	6.690	-	-	
<b>Total</b>	<b>482.410</b>	<b>586.193</b>	<b>122.382</b>	<b>419.134</b>	<b>44.677</b>	
		<b>Consolidado</b>				
		31/12/2025		31/12/2024		
		Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 2 anos
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores		88.753	88.753	88.753	-	-
Empréstimos e financiamentos		333.642	397.505	60.103	337.402	-
Instrumentos financeiros derivativos		32.699	32.699	-	-	32.699
Arrendamentos a pagar por direito de uso		94.340	123.876	51.712	53.108	19.056
Partes relacionadas		109.210	109.210	-	109.210	-
Outras contas a pagar		10.327	10.327	10.327	-	-
<b>Total</b>		<b>668.971</b>	<b>762.370</b>	<b>210.895</b>	<b>499.720</b>	<b>51.755</b>

**26. INFORMAÇÕES DOS SUPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA**

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **26.1 Aquisições que não afetam os fluxos de caixa:** A Companhia faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destes veículos não afetam os fluxos de caixa por

DIRETORIA EXECUTIVA			CONTADOR		
<b>João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho</b>	<b>Rodrigo Pinheiro Andrade</b>	<b>Samir Moises Gillo Ferreira</b>	<b>Mauro Roberto de Abreu Junior</b>		
Diretor Presidente	Diretor Administrativo Financeiro	Diretor Executivo Corporativo de Controladoria	CRC 1SP-294124/O-8		

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Quotistas

**CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.**

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa e da Empresa e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:

Curva de Juros Brasil	1M	6M	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>
Vértice	14,90	14,22	13,40	13,19	13,40	13,59	13,48
Taxa (a.a.) - %							

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2025

**25.2 Gerenciamento de riscos financeiros:** A Companhia está exposta ao risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez sobre seus principais ativos e passivos financeiros. A Administração faz a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro e com a aprovação do Conselho de Administração da controladora indireta Simpar para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Companhia sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. **a) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras. **i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e pelo Conselho de Administração da controladora indireta Simpar. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") e uma escala global ("G") de exposição ao risco de crédito extraídas de agências de ratings, conforme demonstrado abaixo:

Rating em Escala Local "Br"		Rating em Escala Global "G"	
Nomenclatura	Qualidade	Nomenclatura	Qualidade
Br AAA	Prime	G AAA	Prime
Br AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado	G AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
Br A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado	G A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo	G BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo	G BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo
Br B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo	G B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
Br CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo	G CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
Br DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória	G DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Companhia para caixa, equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
<b>Valores depositados em conta corrente</b>	239	300
<b>Depósitos em aplicações financeiras</b>		
Br AAA	284	26.768
<b>Total de aplicações financeiras</b>	<b>284</b>	<b>26.768</b>
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>523</b>	<b>27.068</b>
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>

**Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras**

Br AAA

**Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras**

ii. **Contas a receber:** A Companhia utiliza uma "Matriz de Provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, baseado em sua experiência de perdas de crédito históricas. Essa Matriz de Provisão especifica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que as contas a receber estão a vencer ou vencidas e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pela Administração. A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação, conforme estudo de recuperabilidade. Os recebíveis baixados continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível. Quando há recuperações, estas são reconhecidas como receitas de recuperação de crédito no resultado do exercício. A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes ao contas a receber, conforme detalhado na nota explicativa 6.

**b) Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. **i. Risco de variação de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos, arrendamentos a pagar e arrendamentos por direito de uso, sujeitas a taxas de juros. **ii. Instrumentos derivativos de hedge dos riscos de mercado:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos (contratos de swap) que foram classificados como hedge de valor justo conforme CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

Instrumento	Risco protegido	Tipo de instrumento financeiro derivativo	Operação	Valor Nominal	Vencimento	Indexador	Instrumento protegido	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
								Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2025	Ganhos (perda) do período	Ganhos (perda) do período
Contrato de swap	Risco de mercado	Hedge de Valor Justo	Swap Pré X CDI	R\$ 100.000	fev/28	Pré 10,75%	(6.461)	(44.719)	(7.494)	(12.153)	(31.908)
											Resultado
											Resultado

estarem financiados. Abaixo está a reconciliação dessas aquisições e os fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total das adições de imobilizado no exercício (nota 9)	223.445	106.106	229.574	217.683
Total das adições de intangível no exercício (nota 10)	417	347	18.271	11.865
Adição de arrendamentos por direito de uso (nota 14)	(15.929)	(1.327)	(20.201)	(111.590)
<b>Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado</b>	<b>207.932</b>	<b>104.779</b>	<b>227.645</b>	<b>106.093</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa:</b>				
Imobilizado operacional para locação	206.318	101.977	206.318	102.417
Imobilizado e intangível	1.614	3.149	21.327	15.541
<b>Total</b>	<b>207.932</b>	<b>104.779</b>	<b>227.645</b>	<b>106.093</b>

**26.2 Classificação de juros sobre capital próprio e lucros como atividades de investimento e financiamento:** A CS Brasil Transportes classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos ou pagos como fluxo de caixa das atividades de investimento ou financiamento, respectivamente, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações. Os juros sobre capital próprio e lucros recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de investimento como retorno sobre os investimentos que a Companhia possui ou como atividades de financiamento, pois considera-se que se referem aos custos de obtenção de recursos financeiros.

**27. EVENTOS SUBSEQUENTES**

**27.1 Homologação de acordo e expedição de precatórios referente a recebíveis junto ao Estado do Rio de Janeiro:** Em 23 de janeiro de 2026, foi promulgado o despacho homologatório que ratificou o acordo realizado entre a CS Brasil Transportes e o Estado do Rio de Janeiro referente aos processos judiciais em que eram discutidos os saldos a receber pela CS Brasil Transportes pelos serviços prestados à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Em 27 de janeiro de 2026, o processo foi sentenciado à expedição dos precatórios em favor da CS Brasil Transportes e, em 30 de janeiro de 2026, foram expedidos os precatórios nos montantes de R\$ 73.473 e R\$ 85.768, totalizando R\$ 159.421. Os saldos patrimoniais registrados em balanço em 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados na nota explicativa 5.1. **27.2 Alienação da Ciclus Amazônia:** Em 17 de abril de 2025, a CS Brasil Transporte comunicou que assinou contrato de compra e venda com a Alvor Participações Ltda. para a alienação do total de sua participação na Ciclus Amazônia, correspondente a R\$ 45%, pelo total de R\$ 121.500. O fechamento da operação está condicionado ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e autorização pelo poder concedente do contrato de concessão.

em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos